Acesso ao ensino superior: uma visão

Sérgio Costa Ribeiro

NUPES
Laboratório Nacional de Computação Científica
CNPq

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da
Universidade de São Paulo

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

UMA VISÃO*

Sérgio Costa Ribeiro

LNCC / CNPq

Abril de 1989

Introdução

Tradicionalmente, o acesso ao ensino superior no Brasil tem sido tratado como “Demanda à Universidade”, isto é, do ponto de vista dos interesses da Universidade[1].

A evolução do processo de acesso tem mostrado nos últimos anos que o modelo de Vestibular vem refletindo uma visão da função social do ensino superior cada vez mais distanciada da realidade e das necessidades de um país que se pretende modernizar e por sua vez reflete um modelo de sociedade que contextualiza esta visão.

Num país com as disparidades educacionais como o nosso, as funções do sistema de ensino superior se diferencia bastante de seus congêneres do primeiro mundo e pode não sé estar desfocado, como representar um sistema de previlégios medievalescos de uma classe neo-aristocrática e uma caricatura de uma universidade moderna.

No primeiro mundo, sem querer indicar uma direção de causalidade, a educação básica foi universalizada nos últimos dois séculos. O progresso tecnológico após a segunda grande guerra tem indicado o caminho, irreversível, da internacionalização do capital e da clivagem entre importadores e exportadores de tecnologias. Os blocos supra nacionais que começam a se estruturar, se formam acima de nacionalismos culturais e ideológicos e visam atingir mercados terceiro mundistas de forma cada vez mais agressiva.

---

* O autor agradece as frutíferas discussões sobre o assunto com Nelson do Yalle e Silva e Philip R. Fletcher, mas assume total responsabilidade pelos erros emitidos.

[1] Os termos Universidade, Faculdade de Ensino Superior serão utilizados, neste artigo, de forma equivalente e podem significar qualquer tipo de educação formal pós-secundária.

Neste contexto internacional um modelo de sociedade baseado numa pequena elite esclarecida e numa massa de semi-escravos não educados está fadado ao completo fracasso.

Não creio que estaremos exagerando ao comprar este modelo ao de uma sociedade de índios que o organiza, com sucesso, a partir de competência de arco e flexa de uma cultura agrícola rudimentar sendo invalida por uma sociedade mais avançada (lemos isto todos os dias nos jornais). As políticas protecionistas (reservas indígenas) não parecem estar produzindo os eleitos esperados!

Não se trata aqui de ressuscitar ideologias (teorias) (interrogação) questionáveis de capital humano ou de segmentação de mercado e sim reconhecer que cada atividade produtiva está inserida numa escala de prestígio extremamente estável e historicamente determinada e por conseguinte de difícil alteração. No entanto, uma idéia pode ser discutida como a elaborada por Thurow[2] onde o recrutamento para as diversas atividades se dá em "balcões", onde se formam filas e a escolha é feita a partir da competência específica do candidato e não a partir de indicadores cartoriais, por exemplo, de educação formal.

É claro que teremos que superar o nepotismo, o clientelismo medieval e o corporativismo mal direcionado.

A partir do aumento da competência específica de todos os indivíduos da sociedade poderíamos caminhar em direção a uma sociedade mais competitiva capaz de enfrentar com competência o avanço inexorável da internacionalização da economia e absolver, sem destruição de sua própria cultura, as competências necessárias às novas realidades tecnológicas e sociais.

A própria noção de Estado e de Cidadania tem a ver com uma inculcação ideológica, qualquer que seja ela (Democrática, por exemplo), realizada pela escola.

É possível, ainda, imaginar que tal política venha, ao longo prazo, diminuir as disparidades de renda onde, hoje, o Brasil é campeão mundial. A alternativa do isolamento internacional nos parece uma solução completamente inviável no mundo atual.

É nesta linha de raciocínio que gostaríamos de analisar alguns dados factuais e propor algumas reflexões.

---

[2] Lester Thurow, *Generating Inequality*, Basic Books, 1975.

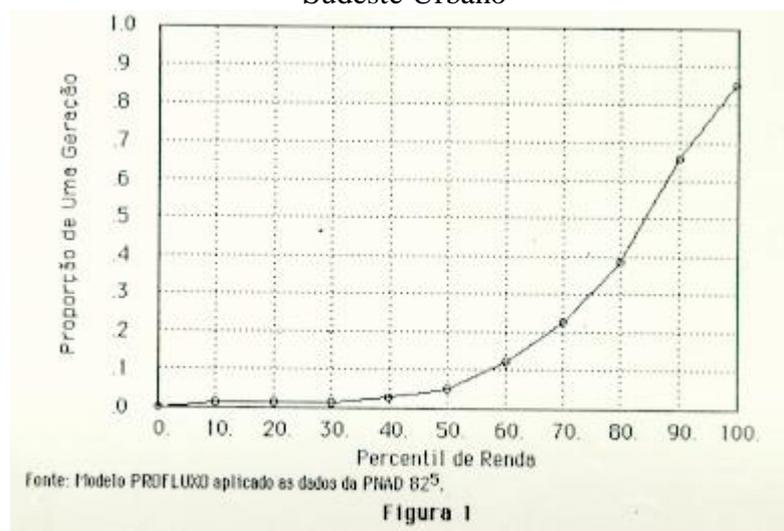
O acesso do 2º grau

É extremamente difícil analisar as condições de acesso ao ensino superior sem avaliar corretamente o que se passa nos graus anteriores de ensino.

A seleção (ou exclusão) no sistema básico formal da população brasileira é de tal ordem que inviabiliza qualquer idéia de solução emergencial do problema. Sabemos hoje que 90%de uma coorte de idade[3] ingressa na 1ª Série do Primeiro Grau. A evolução desta geração através deste Grau de ensino, devido às fantásticas taxas de repetência e posterior evasão (ou exclusão) do sistema, produz como resultado uma proporção de apenas 38% de graduados, a partir daí pouco mais de 20% ingressa na 1ª Séria do Segundo Grau[4].

A distribuição destes 20% pelos percentis de renda familiar *per capita* da população é extremamente perversa como mostra a figura 1.

Acesso ao 2º Grau

Sudeste Urbano

Fonte: Modelo PROFLUXO aplicado aos dados da PNAD 82[5].

Vemos que, praticamente, só têm acesso ao 2º Grau indivíduos com renda acima do sexagésimo percentil, mesmo na região mais desenvolvida do país, sudeste urbano.

---

[3] Uma coorte de idade corresponde ao número de pessoas, na população, com a mesma idade e representa uma geração, isto é, o número de indivíduos que, a cada ano deveria entrar no sistema de ensino.
[4] O México, por exemplo, com uma renda média *per capita* muito próxima à nossa e uma distribuição de renda, também parecida, consegue graduar cerca 60% de uma coorte.
[5] "Modeling Education Eystem Performance with Demographic Data – An Introduction to the Profluxo Model", Philip R. Fletcher e S. Costa Ribeiro, 1989.

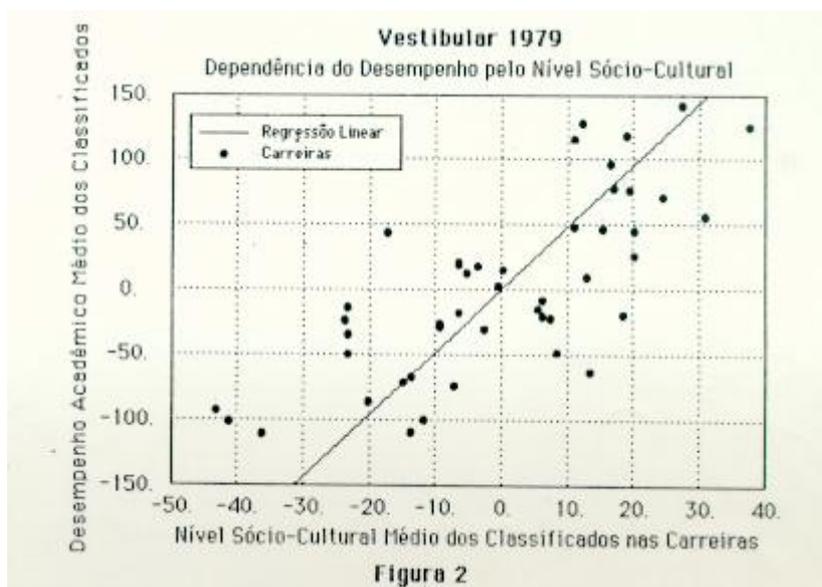
É nesta situação que nos perguntamos:

- Por que a variância no domínio cognitivo desses 40% mais "ricos" é tão alta e está aumentado como "parece" estar indicando os exames vestibulares das últimas décadas?

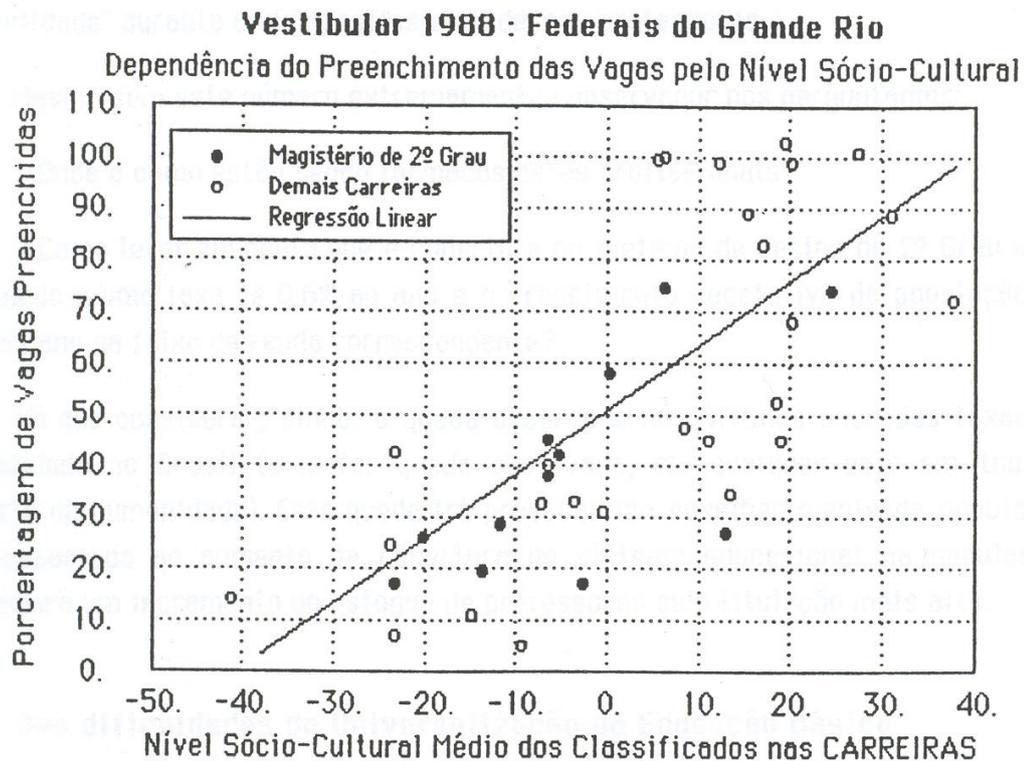
- Será possível modernizar o Brasil, dentro dos conceitos emitidos acima, como este perfil educacional?

- Qual o papel da universidade numa sociedade como esta?

Em relação à primeira pergunta, alguns dados adicionais tornam ainda mais perversa a situação. A Figura 2 mostra como diversas carreiras na universidade sofrem uma forte pré-seleção sócio-cultural no seu processo de escolha e quão díspare é o desempenho médio de seus "eleitos"[6].

Figura 2

Como conseqüência desta variância de desempenho e das políticas de acesso praticadas nos vestibulares das universidades públicas nos últimos anos chegamos à situação de deixar as vagas destinadas às carreiras que levam o magistério de 2º Grau em grande parte ociosa como mostra a Figura 3.

[6] Ver "Vestibular 88: Seleção ou Exclusão ?", S. Costa Ribeiro, *Educação e Seleção*, nº 18, jul / dez 1988, p. 93.

Figura 3

As universidades púbicas estão definido, assim, uma política clara de abandono de suas responsabilidades na formação de docentes para os graus anteriores de ensino.

Uma conta simples mostra o que nos reserva o futuro da qualidade docente do 2º Grau. No caso de ensino de Física (3 anos de curso), por exemplo, só para manter a atual situação, isto é, 20% de uma geração no 2º grau, teríamos que formar por ano o seguinte número de licenciados **competentes:**

$$N = \frac{0.2 \times C_{i \times 3(anos)}}{n_{ap \times} V_{mp}}$$

Onde: C_i = o valor de uma coorte de idade ≈ 3 x 10^6 indivíduos no país.

N_{ap} = número de alunos por professor por ano ≈ 90 (recomendação da UNESCO).

Obs.: Este número é ainda uma fantasia, no início da década de oitenta, no Estado do Rio de Janeiro era de 412l[7]

V_{mp} = vida média de atividade de um professor ≈ 25 anos

Com estes dados, **N ≈ 800 por ano,** caso assumirmos que não haja nenhuma “mortalidade” durante a vida profissional desses professores.

Mesmo com este número extremamente conservador nos perguntamos:

- Onde e como estão sendo formados estes profissionais?

- Como levar em conta que a cobertura do sistema de ensino de 2º Grau está crescendo a uma taxa de 0,6% ao ano e o crescimento vegetativo da população de 1,5% ao ano na faixa de renda correspondente?

Há que considerar, ainda, a queda observada nos últimos anos das taxas de fecundidade no Brasil (a maior queda observada, em qualquer país em toda a história da humanidade). Esta queda irá provocar um envelhecimento da população que, associada ao aumento da cobertura do sistema educacional na população, demandará um incremento do estoque de professores com titulação mais alta.

Das dificuldades de Universalização da Educação Básica

A figura 4 mostra, para o Brasil como um todo, as taxas de participação no sistema educacional da 1ª Série do 1º Grau até a 1ª Série da universidade (a 12ª Série)

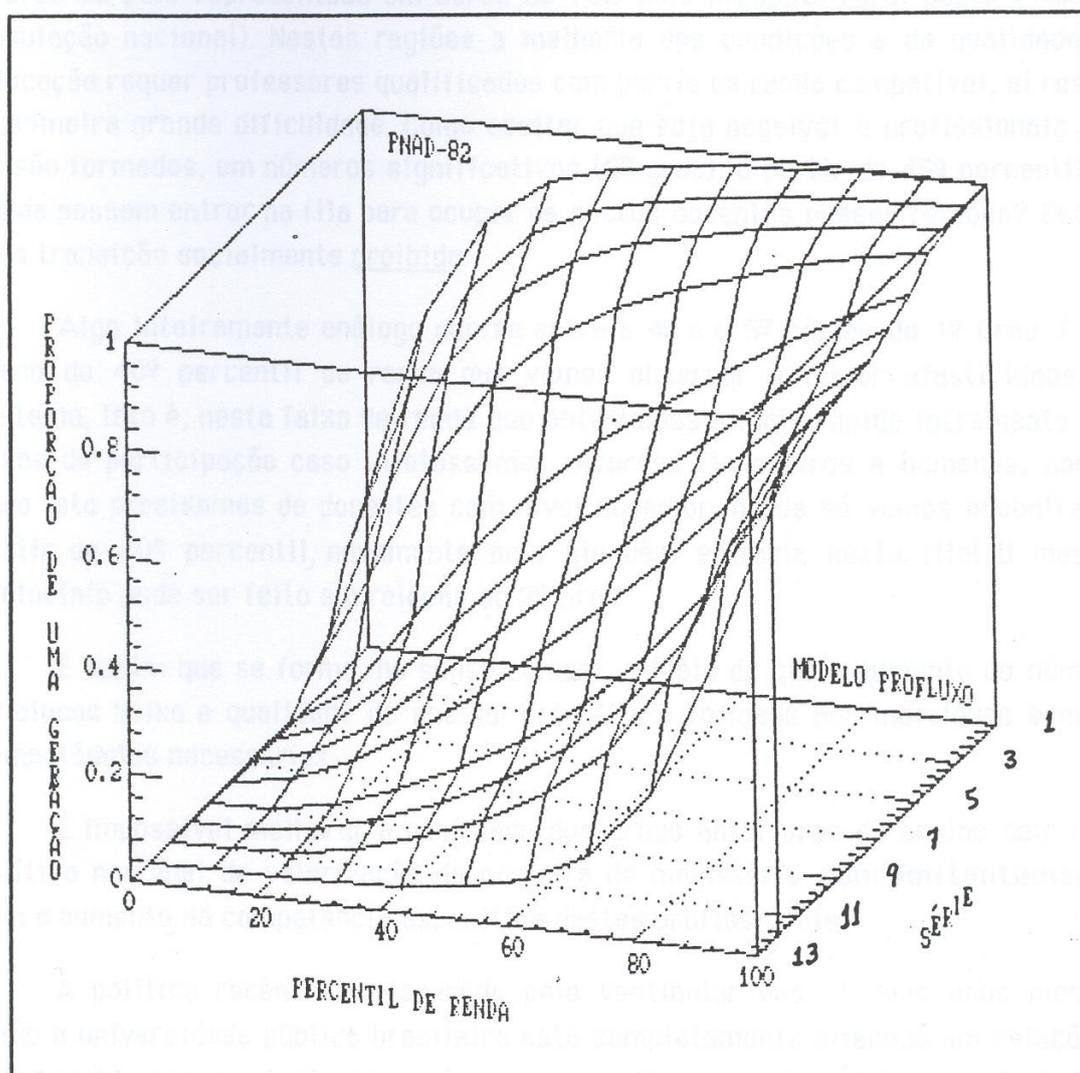
[7] “A Escola de 2º Grau no Estado do Rio de Janeiro (ou quando a maioria não conta para a construção da cidade)”, Francisco José da Silveira Lobo Neto et alli, *Educação e Seleção* nº13, jan/jun 1986, p.79.

Fonte: Modelo PROFLUXO aplicado aos dados da PNAD 82[8]

Figura 4

[8] Op. cit. Ref.5

Vemos que o acesso ao 1º Grau está praticamente universalizado a partir do vigésimo percentil de renda, abaixo deste estão os habitantes das regiões mais pobres do país representada em cerca de 70% pelo nordeste rural pobre (14% da população nacional). Nestas regiões, a melhoria das condições e da qualidade da educação requer professores qualificados com perfis de renda compatíveis, aí reside a primeira grande dificuldade. Como aceitar que seja possível a profissionais que só são formados, em números significativos (2º grau), a partir do 45º percentil de renda possam entrar na fila para ocupar os postos docentes nessas regiões? Esta é uma transição socialmente proibida.

Algo inteiramente análogo ocorre entre 4ª e a 5ª série do 1º Grau. É em torno do 40º percentil de renda que vamos observar a maior elasticidade do sistema, isto é, nesta faixa de renda que obteríamos o mais rápido incremento nas taxas de participação caso injetássemos recursos financeiros e humanos, porém, para isto, precisamos de docentes com nível superior, o que só vamos encontrar a partir do 70º percentil, novamente aqui ninguém entraria nesta fila! O mesmo raciocínio pode ser feito em ralação ao 2º Grau.

É assim que se forma, no senso comum, a idéia de que o aumento do número de alunos baixa a qualidade do ensino! Esta fila é formada por indivíduos sem as competências necessárias.

É impossível melhorar a qualidade dos graus anteriores de ensino sem uma política nacional de valorização da carreira de magistério **concomitantemente** com o aumento da competência específica destes profissionais.

A política recém desmascarada pelo vestibular dos últimos anos mostra como a universidade pública brasileira está completamente alienada em relação a estes problemas, envolvida que está num corporativismo sindical (leia-se trabalhar menos e ganhar mais). A farsa da indissociabilidade entre ensino e pesquisa (hoje grafada na constituição!) é lida a nível individual e não institucional, como deveria ser feita. Deixa-se a formação dos docentes dos graus básicos de ensino às faculdades de periferia de reconhecida baixa qualidade.

É claro que a pesquisa de ponta, básica e aplicada, é importante e essencial na universidade, mas será que esta atividade é, neste momento histórico internacional, mais importante que a universalização componente da educação básica?

Outro dado de máxima relevância neste contexto diz respeito a um indicador importante para uma nação que deseja se modernizar: o percentual da população de 20 a 24 anos matriculada no ensino superior. Enquanto nos EEUU e Canadá esta percentagem é da ordem de 60%, na Europa ocidental de 45% e na América do Sul é de 15,5%, e vem crescendo. No Brasil atingimos 11% no final da década passada. Hoje este percentual está caindo, situando-se um pouco acima de 9%!

Diante das análises rascunhadas acima, acreditamos que mantidas as atuais políticas na universidade brasileira a situação da educação básica vai deteriorar-se cada vez mais com graves reflexos para o futuro da própria "universidade de ensino e pesquisa" tão "protegida" em seu feudo corporativo pela nova constituição.